

A ABORDAGEM COMPRENSIVA DE MAX WEBER

A ORDEM SOCIAL E O SENTIDO DAS AÇÕES SOCIAIS.

Para Max Weber (1864-1920), a realidade social: pode ser definida como um conjunto de eventos multifacetados, isto é, fenômenos dotados de diversos aspectos e que podem ter múltiplos significados. Cada um desses eventos pode estar entrelaçado com muitos outros, cabendo ao cientista social construir o seu objeto de pesquisa assumindo a adoção e ênfase de uma ou duas facetas entre as muitas facetas presentes no fenômeno multifacetado. O mesmo fenômeno poderia interessar a diferentes pesquisadores sob diferentes perspectivas e cada abordagem teria uma validade própria, porém uma validade limitada ao aspecto enfatizado pelo pesquisador e que não poderia ser generalizada para outros aspectos do mesmo fenômeno.

Contudo, a manifestação coletiva destes eventos só pode ser compreendida a contento se for buscado o sentido das ações dos agentes que a executaram. A abordagem sociológica weberiana tem como ponto chave da investigação o indivíduo e a sua ação, estando seu ponto de partida identificado na compreensão da ação dos indivíduos.

Para Weber a explicação de um fenômeno social consiste em remontar às ações individuais elementares que o compõem. A sociedade só é passível de ser compreendida a partir do conjunto de ações individuais reciprocamente referidas. Assim, o objeto de análise sociológica não pode ser definido como sociedade ou o grupo social, ou mediante qualquer outro conceito com referência coletiva. É claro que Weber não nega que a Sociologia trata de fenômenos coletivos, mas o que ele afirma é que o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos. A definição de Weber para ação social é:

"Por "ação" se designará toda a conduta humana, cujos sujeitos vinculem a esta ação um sentido subjetivo. Tal comportamento pode ser mental ou exterior; poderá consistir de ação ou de omissão no agir. O termo "ação social" será reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela".

Ação Social é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Nem todo tipo de contato entre seres humanos tem um caráter social, mas apenas quando a ação do indivíduo é significativamente orientada para a dos outros. Para esclarecer esta construção conceitual Weber dá o seguinte exemplo: a colisão entre dois ciclistas é apenas um evento isolado, comparável a uma catástrofe natural, mas se, por outro lado, qualquer tentativa de um deles de evitar bater no outro, com os insultos subseqüentes, uma briga ou mesmo uma discussão pacífica, constituiria uma forma de "ação social". Desta maneira ação social é aquela ação orientada significativamente pelo agente conforme a conduta de outros e que transcorre em consonância com isso.

O "sentido" a que Weber se refere é aquele subjetivamente visado pelo agente e não qualquer sentido objetivamente "correto" da ação ou de algum sentido metafisicamente definido como "verdadeiro". Interessa aquele sentido que se manifesta em ações concretas e que envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento de sua ação. Cabe lembrar que a ação de um indivíduo desenvolve-se sempre no interior de um sistema de coerções sociais, definidas com maior ou menor clareza, com maior ou menor transparência para o sujeito, com maior ou menor rigor. Para compreender (e, portanto, explicar) uma ação individual é necessário dispor de informações sobre a socialização do indivíduo.

Em outras palavras, a análise sociológica deve buscar captar o "sentido" (significado) dado pelos indivíduos as suas próprias ações ou, em outras palavras, deve buscar o motivo da ação, a motivação que norteou a atuação dos agentes naquela sociedade.

Para que se compreenda uma ação, é preciso considerar todas as intenções e, de modo mais geral, as motivações do ator, os meios de que ele dispõe ou acredita dispor, assim como a avaliação que faz desses diferentes meios; tais elementos determinam o campo das possibilidades existentes naquela situação de interação na qual o agente estava envolvido (desse modo o campo das possibilidades era mais aberto no início do que no final de um processo gradativo de intensidade crescente).

Em suma, as ações sociais podem ser definidas como ações ou omissões de um sujeito (que pode ser individual ou coletivo, ausente ou presente, material ou imaterial) dotado de um (ou mais) sentido (significado) coletivamente conhecido e, tendo como referência a ação de outro sujeito. A análise da ação social só é possível se entendermos o significado atribuído pelo agente e seus pares à sua ação. A relação social se

constitui quando o sentido coletivamente conhecido de dadas ações podem permitir a execução por diversos agentes que repetem no tempo e no espaço a mesma ação com o mesmo sentido.

As ações sociais podem ser tanto ações não-rationais quando não resultam de um cálculo mental prévio como as ações motivadas pelo hábito (ações tradicionais) ou pela emoção (ações afetivas), quanto podem ser ações racionais que resultam deste cálculo mental prévio considerando os valores do sujeito (ações racionais com relação a valores) ou considerando o alcance de dados objetivos (ações racionais com relação a fins). Para Weber, a ação social pode ser determinada das quatro seguintes maneiras:

1. Ação Racional em Relação a Fins: um tipo de conduta que se baseia na expectativa de que objetos em condição exterior ou outros indivíduos humanos comportar-se-ão de uma dada maneira e pelo uso de tais expectativas como "condições" ou "meios" para atingir com sucesso os fins racionalmente escolhidos pelo indivíduo ou, em outras palavras, o sujeito a partir de um cálculo consciente entre fins, meios e efeitos secundários, sendo orientada pelo alcance desses fins (podemos dizer que é um tipo de ação orientada por critérios técnicos de eficiência);

2. Ação Racional em Relação aos Valores: um tipo de conduta orientada pela crença consciente em valores últimos ou, em outras palavras, o sujeito põe em prática suas convicções não importando qual o seu fim (podemos dizer que é um tipo de ação orientada por critérios éticos de compromisso moral);

3. Ação Afetiva: um tipo de conduta manifesta como reação desinibida (ação espontânea na forma da liberação de tensões emocionais) a um estímulo extraordinário, que exigem uma satisfação imediata ou, em outras palavras, ações determinadas pela afetividade, especialmente de modo emocional, como resultado de uma configuração especial de sentimentos e emoções por parte do indivíduo;

4. Ação Tradicional: um tipo de reação amorfa a estímulos costumeiros ou, em outras palavras, ações determinadas tradicionalmente, tornando-se costume ou hábito internalizado devido a uma longa prática.

O ponto de partida da análise sociológica weberiana é a compreensão do “sentido” (significado) das ações do indivíduo, bem como seu desenvolvimento e os efeitos desta ação. A compreensão de um fenômeno social consiste em remontar a interpretação das ações individuais elementares que compõem aquele fenômeno. As instituições e as organizações existiriam a partir dessas ações e relações sociais. Casamento, mercado, Estado e religiões, entre outros, só existem porque muitos indivíduos orientam reciprocamente suas ações num determinado sentido e estabelecem relações sociais que devem ser mantidas continuamente pelas ações individuais.

De acordo, então, com a conceituação da ação social e na definição de seus diferentes tipos Weber demonstra que não analisa as regras e normas sociais como exteriores aos indivíduos. Pelo contrário, as normas e regras sociais são os resultados do conjunto de ações individuais, sendo que os agentes escolhem diferentes formas de conduta. As idéias coletivas, como o Estado, o mercado econômico, as religiões, só existem porque muitos indivíduos orientam reciprocamente suas ações num determinado sentido. Estabelecem, dessa forma, relações sociais que têm de ser mantidas continuamente pelas ações individuais. Neste mesmo sentido, as empresas só existem porque muitos indivíduos orientam suas ações num dado sentido e a convergência destas ações configura a empresa como algo mais do que um estabelecimento físico com dadas características materiais ou como algo mais do que uma entidade jurídica. A empresa se constitui e se caracteriza, também, como a convergência de uma série de ações racionais (tanto ações racionais com relação a fins, quanto ações racionais com relação a valores) voltadas a produção e circulação de bens ou a prestação de objetivos com finalidade mercantil e interesse lucrativo.

A ESPECIFICIDADE DA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E O TIPO-IDEAL

Max Weber reconhecia diferenças fundamentais entre a abordagem das ciências naturais e das ciências humanas. As ciências naturais buscavam explicar seus fenômenos a partir da demonstração da validade e da universalidade de suas leis, enquanto as ciências humanas buscavam explicar seus fenômenos - históricos, sociais, políticos, culturais, econômicos, jurídicos, religiosos, artísticos, entre outros - a partir da interpretação do sentido (significado) desses eventos.

Contudo, o estabelecimento de leis universais para explicar os eventos humanos é inviável porque esses eventos são singulares e os sentidos que lhes são atribuídos pelos agentes variam conforme o contexto histórico e social.

O sentido de um fenômeno tomado como objeto de pesquisa também varia conforme a pesquisa efetuada. Em uma realidade constituída por inesgotável conjunto de eventos sociais interligados e multifacetados – fenômenos sociais entrelaçados com diversos aspectos e múltiplos significados - o cientista

social constrói o seu objeto de pesquisa assumindo a adoção e a ênfase de uma (ou algumas) faceta entre as muitas perceptíveis nos eventos sociais. (DIAS: 1993, p. 12-14). O mesmo fenômeno poderia interessar a diferentes pesquisadores sob diferentes perspectivas e em diferentes momentos históricos e, ainda assim, cada abordagem teria uma validade própria, uma validade limitada ao aspecto enfatizado pelo pesquisador e que não poderia ser generalizada para outros aspectos do mesmo fenômeno.

Para Weber, a Sociologia exige explicações específicas, já que os fatos de que se ocupa implicam um gênero de causação desconhecido das ciências da natureza. Exige a compreensão para explicar os fenômenos sociais. Explicar significa, para Weber, a captação da ligação de sentido em que se inclui uma ação já compreendida de modo atual ao teor do seu sentido para os indivíduos que vivenciaram a ação.

Esse método compreensivo é aplicável somente aos fatos humanos, os únicos que apresentam essa faceta de compreensibilidade e daí a irremediável diferença metodológica que, na opinião da escola weberiana, haverá de existir sempre entre as ciências naturais e as sociais.

O principal recurso metodológico neste método compreensivo é o chamado tipo ideal entendido como conceito um quadro do pensamento que significa um conceito, puramente ideal, com o qual se mede a realidade para tornar claro o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes e com o qual ela é comparada.

Ao comparar fenômenos sociais complexos o pesquisador cria tipos ou modelos ideais, construídos a partir de aspectos essenciais dos fenômenos. A característica principal do tipo ideal é não existir na realidade, mas servir de modelo para a análise de casos concretos, realmente existentes. Assim, os tipos ideais cumpririam duas funções principais: selecionar explicitamente a dimensão do objeto que será analisada e apresentar essa dimensão de uma forma pura, despida de suas nuances concretas. Os tipos seriam elaborados “mediante acentuação mental de determinados elementos da realidade” considerados, do ponto de vista do investigador, relevantes para a pesquisa. O cientista social criaria definições exageradas, unilaterais, das dimensões da realidade que pretendesse conhecer. Essas definições poderiam então ser utilizadas, num segundo momento, para uma espécie de comparação com o mundo real.

A ÉTICA CAPITALISTA E A ÓPTICA WEBERIANA DO PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO.

a) O processo de racionalização e o capitalismo moderno.

Nas sociedades modernas predominaria ações racionais e, deste modo, identificamos um processo de racionalização da vida social. A racionalização consiste em um tipo de comportamento assumido pelos agentes a partir da suposição de que controlam tecnicamente todos os fatores que intervêm no sucesso de sua ação ou como se esse controle pudesse ser obtido em um curto prazo. Dessa forma, quaisquer influências sobrenaturais, tradicionais, passionais ou metafísicas são descartadas como fatores efetivos.

O processo de racionalização iniciou-se com a secularização do conhecimento. O desenvolvimento científico levou a produção de saberes totalmente desvinculado das questões extraterrenas, metafísicas etc. Com a racionalização científica ocorreria o “desencantamento do mundo” enquanto uma atitude em que os homens consideram que “não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira no curso de nossa vida, em uma palavra que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo” (WEBER: 1992, 31)

A racionalização da conduta, iniciada na produção do conhecimento – na ciência moderna - se difundiu por todas as esferas da existência humana. Na produção econômica, a racionalização levaria a organização do capitalismo moderno. Para Weber, o capitalismo moderno consiste na produção organizada em moldes racionais com a instituição da empresa capitalista moderna. As outras formas de capitalismo que não adotam essa organização da produção são chamadas de capitalismo aventureiro, guerreiro ou político.

Weber explica o capitalismo moderno considerando o conjunto de ações que compõem o capitalismo, bem como as motivações dessas ações. Diante da pergunta sobre qual seria a motivação das ações que caracterizam o capitalismo moderno, Weber demonstra como são insatisfatórias as afirmações que colocam o “impulso para o ganho” ou a “ânsia pelo lucro” como as motivações essenciais, pois estas motivações “sempre existiram em todos os lugares, em todas as épocas entre os mais diferentes tipos de indivíduos” (WEBER: 1992, p.4) e, portanto não servem para caracterizar e distinguir o chamado capitalismo moderno que floresceu na Europa, partir do século XV.

O capitalismo moderno seria composto de um conjunto de ações racionais, nas quais o agente supõe que controla tecnicamente todos os fatores que intervêm na constituição do evento social conhecido como empresa. As ações capitalistas modernas são ações racionais com relação a fins que convergem na formação da empresa. Entre essas ações capitalistas modernas estão:

- a) a instituição da empresa enquanto organização permanente;
- b) busca do lucro sempre renovado, ou seja, a busca de uma rentabilidade contínua que garanta a empresa no mercado;
- c) a “expectativa de lucro” significando inexistência de certeza em relação ao mesmo;
- d) aproveitamento das oportunidades pacíficas de troca entenda-se, produção para um mercado onde a comercialização não é forçada;
- e) consideração da livre-concorrência e da liberdade mercantil que descarta a proteção das empresas por concessão de monopólios ou limitações de natureza corporativas;
- f) utilização planejada de recursos materiais e pessoais de tal forma que:
 “ao término do período econômico, o balanço da empresa em termos monetários (..) exceda o capital, isto é, o valor estimado dos meios materiais de produção utilizados ..., tudo é feito em termos de balanço,: a previsão inicial no começo da empresa, ou antes de qualquer decisão individual, o balanço final para verificação do lucro obtido” (WEBER: 1992, p.5)

g) exploração do trabalho livre necessária tanto como recurso humano para a produção de trabalho (com menor custo e maior rentabilidade que o trabalho compulsório), quanto como massa de consumidores assalariados;

h) separação entre a economia doméstica e a conta da empresa, ou em outras palavras, uma separação entre a pessoa física do proprietário da empresa e da pessoa jurídica da entidade;

i) contabilização racional com controle pormenorizado de todos os movimentos que atingem o patrimônio;

j) utilização de procedimentos técnicos e organizacionais continuamente aperfeiçoados levando em conta a relação custo-benefício;

l) orientação da conduta pautada pelo direito racional, de modo que os agentes que a econômicos confiem que a justiça e a administração seguirão determinados padrões;

m) administração racional de pessoas e materiais ativados e mantidos conforme a margem de contribuição dos mesmos para a empresa.

A organização da empresa capitalista moderna perpassa por este racionalismo econômico com todas as nuances técnicas das ações capitalistas antes citadas. Contudo, a adoção dessas ações depende da capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de condutas e/ou de abandonar outras.

b) A motivação das ações capitalistas: afinidade entre ética protestante e espírito capitalista.

A adoção ou abandono de condutas – a efetivação das ações sociais - pode ser obstruído ou estimulado conforme os valores do sujeito em questão. Os valores dos sujeitos encontram maior ou menor aceitação conforme a sociedade a sua volta. As condutas capitalistas e os valores que as motivam só encontraram um contexto promissor na Europa Ocidental a partir do século XV.

Nessa fase de desenvolvimento inicial do capitalismo, na Europa, podemos perceber como certos valores morais escolhidos pelos agentes podiam orientar condutas mais adequadas ao desenvolvimento da atividade capitalista. Entre esses valores estavam a honestidade, a pontualidade, a laboriosidade e a frugalidade que podem ser tomadas como virtudes capitalistas já que conduzem ao trabalho e à poupança. O homem deveria trabalhar guiado por essas virtudes com o objetivo de assegurar um melhor desempenho na atividade capitalista com a busca de um lucro cada vez maior e sua utilização de modo racional, sem desperdício da riqueza. “A peculiaridade desta filosofia da avareza parece ser o ideal de um homem honesto, de crédito reconhecido e, acima de tudo, a idéia de um indivíduo com relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo.” (WEBER: 1992, p.31).

Esta contenção do impulso irracional para o lucro graças a uma atividade metódica e racional caracterizaria a ética social capitalista ou o “espírito capitalista” em que existe o sentimento de dever profissional enquanto obrigação do indivíduo com relação ao conteúdo de sua atividade profissional.

Nesse período histórico a religião era a instituição mais importante no que tange a orientação ética e moral dos indivíduos. Para Weber, o advento da Reforma Protestante foi providencial no desenvolvimento capitalista, pois esta nova orientação religiosa estimulava condutas antes vistas como pecaminosas segundo a mentalidade católica medieval.

A relação entre filiação religiosa e conduta econômica não ocorreu por meios institucionais, mas através de valores introjectados nos indivíduos e transformados em motivos de ação social. A motivação do

protestante, segundo Weber, é o trabalho enquanto dever e vocação para com Deus e com os dons (tempo, inteligência, saúde, vocação, etc.) que lhe foram confiados, devendo frutificar de maneira virtuosa. Deste modo, o ganho material obtido através dele não poderia ser para o homem fiel, uma fonte de perdição através do jogo, da bebida ou da preguiça. Em outras palavras, o sujeito deveria ter um comportamento ascético resistindo, todo dia, às tentações da riqueza oriundas do seu próprio trabalho.

Entretanto, os efeitos dessas ações ultrapassaram a meta inicialmente visada. A busca pelo sucesso no exercício da profissão como cumprimento da vocação e a ascese como exercício cotidiano das virtudes e como renúncia aos prazeres materiais conduziram o protestante puritano às escolhas educacionais voltadas para qualificação profissional que favoreceria a adequação ao mercado de trabalho, à abstenção de gastos supérfluos ou de desperdício de tempo, à acumulação de capital e ao reinvestimento produtivo. Para Weber esta seria a afinidade eletiva entre o “espírito capitalista” e a ética protestante.

Weber é cauteloso em associar ou dissociar a religião do capitalismo moderno. Em suas palavras, “a raiz religiosa do homem moderno morreu”, mas permaneceu o racionalismo ocidental, que é a base do capitalismo. Com a consolidação da ordem capitalista, a explicação para a posição social dos indivíduos passa a ser no autocontrole e na eficiência produtiva e não mais no aval e estímulo religioso.

Weber procurou demonstrar como um tipo de orientação de conduta na esfera religiosa – a ética protestante – poderia ser interpretada como uma das causas possíveis do desenvolvimento de uma conduta racional com moldes capitalistas na esfera econômica. Com isso, o autor pretendia refutar o estabelecimento de uma “monocausalidade” ou da suposta preponderância de um aspecto da vida social – como o aspecto econômico, por exemplo – sobre as diversas esferas ou facetas da vida social.

A DESIGUALDADE EM PERSPECTIVA WEBERIANA: CLASSE, ESTAMENTO E PARTIDO.

Como vimos Weber tenta provar que as diversas esferas da existência que compõe uma ordem social – a economia, a religião, o direito, as artes, a religiosidade, etc. – são autônomas e dotadas de lógica interna específica, ainda que articuladas ou afinadas entre si em cada momento e ao longo do tempo. Segundo essas lógicas, a estratificação social dos indivíduos seria diferente conforme a esfera econômica, social e política, cada qual com critérios próprios de diferenciação entre os

Na esfera econômica, os indivíduos estão divididos em classes sociais. As classes correspondem a uma forma de desigualdade resultante da distribuição do poder econômico. As classes indicariam diferentes oportunidades de sobrevivência abertas aos indivíduos e se formam com o arranjo de grupos conforme interesses econômicos semelhantes relacionados com os tipos e graus de privilégios econômicos (propriedade dos meios de produção, a capacidade de consumo ou qualificação de serviço).

Na esfera social, os indivíduos estão divididos em estamentos. Os estamentos correspondem a uma forma de desigualdade resultante da distribuição do poder social. Os estamentos se fundam na divisão da sociedade conforme a posição social que os indivíduos ocupam, ou seja, conforme o “status”, o prestígio, a honra ou a distinção específica. Essa consideração social diferenciada resulta do “monopólio” ou “apropriação” de elementos de cunho profissional, ou de elementos de cunho hereditário ou de elementos de cunho hierocrático (ligado a honra). Os estamentos são comunidades com acesso restrito e que se esforçam para impedir a incorporação de outros indivíduos pois esta situação levaria a partilha tanto do elemento de distinção detido por eles, quanto dos decorrentes privilégios materiais e espirituais.

Na esfera do poder político, os indivíduos estão divididos em partidos. Os partidos correspondem a uma forma de desigualdade resultante da distribuição do poder político. Os partidos são formados a partir dos interesses e afinidades dos grupos no que tange a busca da influência para dirigir uma associação ou comunidade. Weber entende como partidos os grupos formados por sujeitos com interesses convergentes e que se aproximam com a finalidade de impor esta sua vontade a todos os outros.

Assim qualquer ascendência de um indivíduo ou grupo sobre uma associação pode ser entendida como exercício de poder político. Contudo, o Estado seria a instituição que concentra o poder político. Para Weber, o Estado seria uma:

“comunidade humana que, dentro de limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer o uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência. Por política entenderemos,

consequentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado.”

OS TRÊS TIPOS PUROS DE DOMINAÇÃO LEGÍTIMA.

Para Weber o poder pode ser definido, de maneira genérica, como “a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”. Por dominação deve-se entender “a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de um determinado conteúdo entre pessoas dadas”. Essa dominação pode dar-se tanto de uma constelação de interesses (medo, interesse, conveniência) quanto por reconhecimento da legitimidade de quem exerce a autoridade, sendo neste segundo caso, definida como dominação legítima.

A dominação tradicional se funda na tradição, definida como crença na rotina enquanto forma inviolável de conduta porque sempre teria existido (nas palavras de Weber “a força do eterno ontem”) O poder tradicional estaria baseado na “santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes”.

O tipo mais puro de dominação tradicional é o patrimonialismo no qual o aparelho administrativo é composto pelo funcionário patrimonial pessoalmente ligado ao senhor, sendo os mandos e desmandos deste senhor aceitos em nome de uma tradição. Neste caso, a autoridade pode basear-se tanto nos costumes quanto no arbítrio do senhor.

O quadro administrativo é composto por servidores, afilhados, correligionários, parentes e protegidos que, normalmente, fazem parte da família ou do círculo de amigos do senhor. A obediência se deve por fidelidade pessoal e por hábito enraizado, sendo que estes servidores estão na dependência do senhor já que seus cargos foram conseguidos por privilégio ou concessão do senhor. Não existe garantia contra o arbítrio do senhor que funde sua autoridade com seus interesses pessoais.

A dominação carismática já está fundada na dedicação afetiva a pessoa do chefe e ao caráter sagrado, à força heróica, ao valor exemplar ou ao poder da palavra que ele manifesta. A fonte do poder são essas qualidades extraordinárias (dons sobrenaturais como faculdades mágicas) ou excepcionais (a coragem, a generosidade, a inteligência, o heroísmo, a oratória, etc) e, assim, não existem vínculos predeterminados entre os indivíduos como a lei ou a tradição.

A autoridade carismática se sustenta pela crença dos subordinados nas qualidades do líder. A obediência se deve a manifestação contínua do carisma, de modo que a desapareção do carisma implica a oscilação do poder deste tipo de líder. O quadro administrativo é composto de discípulos, seguidores, apóstolos escolhidos com base no carisma e na dedicação pessoal (logo não constitui nem uma burocracia, nem um corpo de servidores). Este tipo de dominação “carece de qualquer orientação dada por regras, sejam elas estatuídas ou tradicionais. São características dela, sobretudo, a revelação ou a criação momentâneas, a ação e o exemplo, as decisões particulares.”

A dominação do tipo racional-legal tem como fundamento a dominação em virtude da crença na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada em regras racionalmente criadas. A liderança “se impõe em razão da legalidade, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva”.

O tipo mais puro de autoridade racional-legal seriam as estruturas burocrática presentes nas repartições públicas contemporâneas e nas grandes corporações privadas. Weber caracteriza o fundamento da burocracia e seu quadro administrativo da seguinte maneira:

obedece-se não à pessoa em virtude de seu próprio direito, mas a regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. (...) O tipo daquele que ordena é o “superior”, cujo direito de mando está legitimado por uma regra estatuída, no âmbito de uma competência concreta, cuja delimitação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas suas exigências profissionais estipuladas para a atividade do funcionário. O tipo do funcionário é aquele de formação profissional, cujas condições de serviço se baseiam num contrato, com pagamento fixo, graduado segundo a hierarquia do cargo e não do volume de trabalho, e direito de ascensão conforme regras fixas. Sua administração é trabalho profissional em virtude do dever objetivo do cargo. Seu ideal é proceder sine ira et studio, ou seja, sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma, livre de arbítrio e capricho e, particularmente, ‘sem

consideração de pessoa', de modo estritamente formal segundo regras racionais ou, quando elas falham, segundo pontos de vista de conveniência 'objetiva'. (...) A base do funcionamento técnico é a disciplina do serviço.

A crença na legalidade da ordem instituída é presente em todos os integrantes. O grupo dominante é eleito ou selecionado conforme critérios previamente determinados de competência e o quadro administrativo é nomeado ou selecionado por este grupo. Este padrão burocrático é identificável tanto em empresas privadas, quanto nas modernas repartições públicas.

O Estado Moderno enquanto instituição burocrática é assim descrita por Weber:

"(...) O Estado Moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Equivale isso a dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários que, segundo o princípio dos "Estados" dispunham, outrora, por direito próprio, de meios de gestão, substituindo-se a tais funcionários, inclusive no topo da hierarquia."

Devido ao caráter impessoal, aos critérios de seleção dos funcionários e aos registros e protocolos formalizados, entre outros aspectos, Weber conclui que o regime burocrático era o mais adequado para a administração das grandes massas humanas que se formavam nos mais diferentes espaços das sociedades ocidentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**, São Paulo: Cultrix, 1970.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. (org. por C. Wrigth Mills e H.H. Gerth). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Para uma introdução à reflexão weberiana**. 2ª ed. Campinas: IFCH/UNICAMP. 1993. (Textos Didáticos Nº 1- Abril de 1993)
- COHN, G. (org). **Weber**, 3ª ed. São Paulo: Ática, 1986. (Introdução).
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7ªed. São Paulo: Pioneira. 1992.